

EMATER-ES

METODOLOGIA PARA O TRABALHO COM
ORGANIZAÇÃO RURAL

Redigido em atendimento a determinação da Diretoria
Executiva por:

Eng. Agrônomo Geraldo Lucas - CPDRH

Ec.Doméstica Idézia Marques Dias e Silva - COPED

Eng. Agrônomo João Raphael Guerra - COPER

Jornalista José Barcelos Modesto - COPED

Vitória, 23 de novembro de 1992

1 INTRODUÇÃO

O presente documento visa promover um debate em torno de táticas e estratégias mais adequadas para apoiar a organização de pequenos produtores, pescadores e suas famílias no contexto da agricultura capixaba e criar com eles um sistema de parceria. Uma das características da agricultura dos países em desenvolvimento é a falta de uniformidade nos níveis tecnológicos adotados pelos agricultores, segundo Ruy Miller Paiva. Encontram-se, nestes países, agricultores com alto nível de tecnologia, empregando as técnicas mais modernas recomendadas pelos centros de experimentação e pesquisa, como também se encontram agricultores do mais baixo nível tecnológico.

Murilo Xavier Flores e José de Souza Silva retomam a concepção do desenvolvimento dualista da agricultura brasileira, constatando a existência de um segmento que se modernizou pela integração aos circuitos tecnológico e de mercado, enquanto outro segmento se marginalizou pela descapitalização e pela pequena escala de produção e comercialização. Uma análise mais acurada vai mostrar que os componentes do primeiro grupo já possuíam alguma disponibilidade de fatores de produção e mentalidade empresarial, e puderam aproveitar-se das políticas e incentivos do Governo, alcançando escalas de produção que permitiram sua integração no modo de produção capitalista. Em geral produzem para a agroindústria e para a exportação. Os do segundo grupo em geral tinham pouca disponibilidade de fatores de produção, principalmente terra, e uma mentalidade mais voltada para o auto-consumo e venda de excedentes. A pequena escala de produção, aliada à dispersão em que vivem, não lhes dá possibilidade de ingressarem no mercado capitalista, ficando à mercê de atravessadores que compram sua produção na propriedade, às vezes antes da colheita, por preços baixos. Seu conceito de lucro é o da diferença entre receita e despesa. Em geral produzem alimentos.

Em termos de Espírito Santo, o segundo grupo acima mencionado constitui a grande maioria dos produtores rurais, sendo os chamados pequenos produtores, público prioritário das ações governamentais voltadas para o meio rural.

2 ANTECEDENTES

A EMATER-ES, como empresa estadual de assistência técnica e extensão rural, é responsável pela transferência de tecnologia agropecuária, de economia doméstica e de pesca aos produtores dos setores agropecuário e pesqueiro do Estado e integra o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), atualmente sob coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O Plano de Ação Estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRAPA, 1991) conceitua a transferência de tecnologia agropecuária como "o conjunto de atividades educativas, de apoio e de comunicação que facilitam a adoção de novas técnicas pelos seus usuários". Diz ainda que este processo inclui as fases "de levantamento e identificação de problemas com os produtores, de adaptação e integração de tecnologia aos sistemas de produção vigentes em diferentes locais e tipos de estabelecimentos, de disseminação de informações técnico-gerenciais e político-econômicas para a tomada de decisões, de difusão de inovações entre produtores e de avaliação de seus impactos sócio-econômicos e ambientais".

O documento anteriormente citado relaciona ainda como premissas básicas para as atividades de transferência de tecnologia a serem desenvolvidas pelo SIBRATER:

a) Informação técnico-científica como síntese da articulação do sistema cooperativo de Pesquisa Agropecuária (SCPA) com o SIBRATER, visualizando a geração, a transferência e a difusão de tecnologias agropecuárias de acordo com as demandas dos produtores.

b) Organização como processo indispensável de auto sustentação do crescimento econômico, social e político dos pequenos produtores e como mecanismo de ampliação da abrangência e qualidade dos serviços públicos de Extensão Rural.

c) Regionalização/municipalização da agricultura como estratégia de valorização e respeito às peculiaridades, potencialidades, interesses e decisões locais, de aumento da efetividade das políticas e de tratamento mais justo a desigualdades regionais e sociais.

d) Modernização institucional como processo eficiente para a descentralização administrativa e promoção de maior eficácia nas ações de ATER.

As "Diretrizes para o Setor Agrícola - 1991/1994" da Secretaria de Estado da Agricultura do Governo do Estado do Espírito Santo no seu capítulo II. MODELO DE AÇÃO, ao relatar as formas de intervenção do Governo menciona: "As atividades serão desenvolvidas por meio de programas e projetos de forma solidária e participativa com as entidades associativas dos produtores rurais e prefeituras municipais". No capítulo III. OBJETIVOS DA AÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA relata 17 objetivos, dos quais o décimo terceiro é: "Viabilizar as organizações rurais nas suas diversas formas". No capítulo IV. DIRETRIZES PARA A AÇÃO DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA destaca no item C das Diretrizes Gerais: "Desenvolver atividades de apoio e fortalecimento das formas associativas existentes no meio rural, estimulando a participação de todos na definição e solução de seus problemas, na perspectiva do alcance da autonomia de gestão e da independência financeira". Finalmente, no capítulo V. PROGRAMAS BÁSICOS destaca a Organização Rural como um deles.

Nos vários subsídios ao planejamento da EMATER-ES estão consolidadas diretrizes relacionadas com a metodologia e organização de produtores, visando atividades relacionadas com seu fortalecimento, racionalidade e aperfeiçoamento do processo produtivo, de forma a reduzir custos, aproveitar o poder de barganha, possibilitando a auto-sustentação do crescimento econômico, social e cultural. Vários treinamentos de extensionistas locais têm sido oferecidos, relacionados com metodologia, organização rural e manejo integrado de microbacias hidrográficas, que contemplam o tema. Há também um acervo muito grande de técnicas pedagógicas, metodologia, estratégias de ação, não só devido à experiência adquirida pelos extensionistas ao longo do tempo, como também devido aos vários treinamentos oferecidos. Há, pois, não só determinação política como vivência de ações ligadas à organização rural na história da extensão rural.

Existem hoje no Estado 358 associações de produtores e pescadores, com cerca de 30.000 participantes, sem incluir os sindicatos e as cooperativas, por serem formas mais elaboradas de organização. Algumas delas foram criadas por ações promovidas pela EMATER-ES, outras por ações de outras instituições, ou ações próprias do Grupo.

Outro ponto a considerar é que o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PROATER/1993, ao delinear as ações a serem realizadas para conservação dos recursos naturais cita: "Desenvolver projetos de uso e manejo racional de recursos naturais, considerando-se as bacias hidrográficas como unidades de planejamento e de concentração de esforços, tendo em vista o equilíbrio dinâmico entre poluição e conservação dos recursos naturais". Quando trata da estratégia geral a ser seguida o PROATER coloca como uma ação básica a Ação Comunitária, dizendo que: "Nas comunidades pertencentes a uma mesma bacia hidrográfica contemplada com projeto de manejo integrado de recursos naturais, os trabalhos também serão desenvolvidos de forma integrada entre estas comunidades".

Do exposto neste capítulo verifica-se que a organização de produtores e as ações correlatas fazem parte do processo da extensão rural há muito tempo e estão entre as expectativas que têm seus mantenedores. Por outro lado, com a visão mais totalizante que surge ao se tratarem de problemas de conservação de recursos naturais e da solução de problemas estruturais das comunidades, a bacia hidrográfica ganha importância como unidade geográfica de ação e a comunidade como unidade social da mesma ação.

3 JUSTIFICATIVA

Os pequenos produtores rurais e os pescadores profissionais de cunho artesanal constituem a categoria de público prioritário dos programas do Governo do Estado do Espírito Santo para atendimento à agricultura e à pesca, sob a designação genérica de pequeno produtor. São, portanto, também a categoria prioritária para a EMATER-ES, na sua qualidade de agência governamental.

Uma primeira dificuldade que surge é a da caracterização exata destas pessoas. Diz-se que o pequeno produtor é aquele que explora áreas de até 100 hectares, podendo ser proprietário, parceiro ou arrendatário. Sabe-se que uma caracterização baseada apenas no fator tamanho da área explorada coloca no mesmo grupo o produtor de hortaliças que explora 10 hectares e o criador de bovinos que explora 80 hectares, dos quais o primeiro já está quase na categoria de grande produtor e o último pode ser um miniprodutor.

A filosofia da educação diz que qualquer trabalho educacional só poderá ser bem realizado se o educador tiver sua "teoria do objeto" e sua "teoria da aprendizagem". Por teoria do objeto entende-se o conhecimento das pessoas com quem se vai trabalhar (objeto): o que produzem, como produzem, como obtêm sua renda familiar, como fazem suas trocas de produtos por bens de consumo, se são ou não proprietárias dos fatores de produção, como se relacionam em sociedade ou grupo, de onde tiram os recursos usados na produção, que consciência têm de seu papel de cidadãos, como defendem seus direitos e assim por diante. Por teoria do conhecimento entende-se o que o educador sabe sobre a maneira como estas pessoas adquirem novos conhecimentos, mudam hábitos, incorporam habilidades, que canais de comunicação usam para se relacionar com outras pessoas e o mundo externo à comunidade, e assim por diante. Há uma grande necessidade de que se aprofunde o estudo destes aspectos, ainda não muito claros no que toca à mencionada categoria de público. Hoje apenas temos algumas características que são comuns aos seus componentes, como:

1- Não se enquadram no modo de produção capitalista, que prevê a exploração de atividades lucrativas, selecionadas mediante uma análise rigorosa de custos e de mercado. Sua produção está mais voltada para a subsistência da família e com algumas explorações básicas para fonte de renda, como é o caso da cultura do café na maioria dos casos.

2- Por priorizarem a subsistência, produzem alimentos básicos, cujas sobras são vendidas no mercado, como fonte de renda adicional. E como os alimentos básicos não são exploração lucrativa, praticamente só esta categoria os produz, já que os produtores que adotam o modelo capitalista preferem produtos de exportação ou que constituem matéria prima para a agro-indústria, muito mais rentáveis.

3- Usam mão-de-obra familiar (esposa, filhos e parentes agregados) só raramente empregando mão-de-obra externa.

4- Como produzem pequenas quantidades para o mercado, não têm poder de venda e nem facilidade de transportar seus produtos aos grandes centros, ficando à mercê da rede de intermediários, que compram os produtos na propriedade, conseguem reunir um maior volume de produtos e assim ter maior poder de venda com lucros substanciais.

5- Pela sua própria forma de vida, estão dispersos, com oportunidades pouco frequentes de discutir problemas, trocar pontos de vista e criarem uma consciência de grupo e de cidadania.

Várias outras características existem e devem ser acrescentadas e estudadas.

De qualquer maneira, só com as já explicitadas é possível reconhecer a importância de ações que aproximem os indivíduos dispersos, que gerem a oportunidade de discutirem o seu modo de produção, as vantagens e desvantagens que lhes oferece, os frutos de seu trabalho, como aumentar sua participação no mercado e no incremento de rendimentos que isto lhes poderá trazer, como fazer valer seus direitos de cidadãos.

4 ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

Quando se escreve ou fala do processo da extensão rural, usam-se alguns termos cujo significado tem de ser compartilhado por todos, sob pena de não haver uma comunicação eficaz. É preciso lembrar que a Extensão, por ser um processo educativo e não uma ciência, não tem terminologia própria, pois usa termos correntes na língua portuguesa ou termos científicos originários das ciências em que se baseia (ciências biológicas, ciências sociais, psicologia, pedagogia e outros). A seguir há uma relação de termos diretamente ligados à organização de produtores, com os conceitos respectivos, obtidos em dicionários ou em literatura técnica.

4.1 Assistência Técnica

Processo pelo qual um indivíduo dotado de conhecimentos técnicos em um ramo da ciência aplicada transmite informações, conhecimentos e habilidades a outros indivíduos para obter a solução de problemas que os afligem, e que têm relação com sua capacidade profissional.

4.2 Extensão (como processo educativo)

Processo pelo qual um indivíduo dotado de conhecimentos técnicos em um ramo da ciência aplicada intervém em um grupo social ou comunidade para promover entre seus compo-

nentes a descoberta e o reconhecimento de situações problema não percebidas e oferecer assessoria para a solução das mesmas. Assim é que existem a extensão universitária, a extensão rural, como poderiam existir a sanitária e outras.

4.3 Extensão Rural

Tipo de extensão voltada para o processo produtivo da agropecuária e da pesca profissional e para a melhoria das condições de vida familiares dos respectivos produtores.

4.4 Metodologia

Conjunto dos procedimentos para fazer algo.

4.5 Método

Maneira de fazer algo; procedimento; sequência lógica para fazer alguma coisa. Assim é que há o método de fazer sementeira, de podar uma árvore, de alimentar o gado, de alimentar uma criança, de administrar um lar, etc. Daí a expressão DEMONSTRAÇÃO DE MÉTODO, para designar a demonstração de como fazer corretamente um MÉTODO (sementeira, vacinação, preparo de um alimento etc.).

4.6 Metodologia Usada pela Extensão Rural

Conjunto de procedimentos que o extensionista utiliza para intervir no processo produtivo, a partir de uma concepção sobre quem é o produtor rural, como é sua vida familiar, que problemas reais enfrenta, como aprende novos conhecimentos e habilidades, como muda procedimentos e hábitos. Define pois a maneira como o extensionista aborda uma comunidade, como estuda sua realidade, como procede com o público, como lida com grupos sociais etc.

4.7 Técnicas Pedagógicas

Artifícios usados para tornar mais eficaz o processo de comunicação entre um educador e seus alunos. Há técnicas própria para uso em sala de aula, para o ar livre, para crianças, para adolescentes, para adultos, para lidar com indivíduos, pa-

ra grupo, para massa etc. Como exemplos, citamos a visita, a entrevista, a palestra, a demonstração de método, a reunião, a campanha, e as demais nossas conhecidas.

4.8 Técnicas Grupais

São técnicas pedagógicas adequadas à relação entre o educador e seu grupo de educandos.

4.9 Técnicas de Dinâmica de Grupos

Técnicas grupais usadas para facilitar a interação entre os componentes de um grupo social, a fim de reforçar a dinâmica do processo do grupo. Nem toda técnica grupal o é de dinâmica de grupo.

4.10 Grupo

Conjunto de pessoas que desenvolve uma interação em função de objetivos comuns.

4.11 Comunidade

Área geográfica definida onde vive um certo número de pessoas que mantêm entre si uma interação social e que se reconhecem como pertencentes a ela, identificando-a por um nome.

4.12 Trabalho Comunitário ou Trabalho com Comunidade

Ação de uma pessoa que intervém em uma comunidade, a partir de sua própria escala de valores com a finalidade de torná-la mais dinâmica ou mudar hábitos, procedimentos e cultura.

4.13 Organização Rural ou Organização de Produtores

É o processo pelo qual um conjunto de produtores rurais se organiza para solucionar problemas comuns, reconhecidos e considerados relevantes por eles mesmos.

O processo pode ser iniciado por um agente de fora da comunidade ou por um membro dela. Pode atingir parte da

comunidade ou um conjunto de comunidades. Assume formas muito variadas: mutirão, associação de moradores, associação de produtores, grupos de venda e de compra em comum, sindicatos, cooperativas etc. As formas de associação são quase infinitas e devem ser autênticas, refletindo a cultura e os reais interesses e valores de seus membros.

De um modo geral todas as comunidades têm, naturalmente, suas formas de organização já definidas, embora não apareçam ao observador externo. Cabe ao agente que deseja ajudar uma comunidade a se dinamizar o cuidado de identificar as formas associativas existentes, sua organização, estrutura de poder, objetivos. E se entrosar com elas, integrando-se àquelas cujos objetivos mais se sintonizam com o crescimento comunitário.

À extensão rural não interessa a organização pela organização, mas como um meio através do qual os componentes das organizações buscam solução para seus problemas. De um modo geral os problemas vividos pelo produtor rural e pelo pescador profissional estão intimamente ligados ao seu processo produtivo: ou se trata de adquirir insumos e equipamentos, ou de aumentar a produção e a produtividade, de comercializar seu produto, ou garantir infraestrutura para a produção (transporte, energia, serviços públicos etc.). O processo deve iniciar-se pela busca dos problemas relevantes, para em torno deles se organizar a ação das pessoas, e não pela organização das pessoas, para então buscar os problemas a atacar.

5 REFERENCIAL PARA O TRABALHO COM ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES

5.1 O ponto de partida é o conhecimento da realidade da comunidade ou das comunidades que serão alvo do trabalho. Esta realidade comporta pelo menos quatro dimensões:

a) Dimensão física - Compreende aspectos geográficos, climáticos e edafológicos, principalmente (localização, distâncias, altitude, temperaturas médias, insolação, pluviosidade, relevo, cobertura vegetal, tipo de solo, topografia, etc).

b) Dimensão demográfica - Número de habitantes, origem, taxa de crescimento populacional, taxas de morbidade geral e específicas, taxas de mortalidade geral e específica, etc.

c) Dimensão econômica - O que produzem seus habitantes, como o fazem, a quem e como vendem seus produtos, renda familiar, etc. Dizem respeito basicamente ao processo produtivo e suas relações de troca, com enfoque maior na formação da renda familiar.

d) Dimensão política - Como resolvem seus problemas comuns? Como se estruturam as relações de poder na comunidade? É uma comunidade conservadora ou inovadora? Há iniciativa ou há subordinação?

e) Dimensão cultural - Usos e costumes, valores, normas de conduta, formas de comunicação interpessoal, lazer, cultos religiosos, formas de solidariedade etc.

É preciso ter em mente que isto a que chamamos de realidade de uma comunidade é, na verdade, um processo, ou seja, está em constante mudança. E que, portanto, não há uma fase do trabalho que se possa chamar de estudo da realidade. Há, sim, um primeiro momento de contato com a realidade, que vai fornecer um conjunto de informações que permitam ao extensionista ter uma base mínima de início de trabalho. Mas continuará em forma de constante aprofundamento e detecção de mudanças.

5.2 É preciso também ter em mente que a história da comunidade não começa no dia em que o extensionista chega a ela. Ela já existe há muitas décadas, às vezes há séculos. Seus moradores têm desenvolvido um sistema de interação, na busca de solução de seus problemas, que configurou alguma forma de organização: há uma estrutura de poder (pessoas que são respeitadas, pessoas que as seguem), há um código de valores, há um sistema produtivo, há formas de solidariedade, há sanções para quem transgride os costumes existentes, e assim por diante. Às vezes há grupos organizados e até mesmo formalizados de forma bem complexa. É preciso descobrir este sistema organizacional e através dele fazer veicular as informações ou mensagens que se quer introduzir.

5.3 Quando um grupo social ou comunidade está já com sua organização interna estabilizada e se introduz alguma coisa nova no contexto de suas relações, seguramente haverá mudanças nas formas de interação, com repercussão nos valores, na estrutura de poder vigente e em todo o sistema organizacional. Se, por exemplo, uma comunidade tem sua interação baseada nas formas

mais tradicionais de solidariedade, como o compadrio, o mutirão, as festividades, os velórios, e se apresenta então, pela primeira vez, a oportunidade de enfrentar a rede de intermediários, organizando-se para a venda em comum, certamente o simples início da discussão das idéias e alternativas começa a mexer com a estrutura de poder, a criar choques de interesses, enfim a mudar toda a organização existente. Pode surgir uma nova organização comunitária, mais forte e dinâmica, como pode surgir a cisão, a desorganização.

5.4 Já vimos que a realidade social é dinâmica, fazendo com que as comunidades sejam em si um processo em constante evolução. O principal móvel da evolução social é o confronto de idéias e de interesses, que podem criar novos valores, gerar novas experiências, aprendizado novo, revelar nova liderança, e assim por diante. Quando todos em uma comunidade pensam igual e agem igual a tendência é a estagnação, o esgotamento do sistema existentes. Quando alguém discorda da status-quo geralmente introduz idéias novas, cria os conflitos e, na busca do antigo equilíbrio, há todo um processo de interação que levará à evolução do grupo.

5.5 Um dado importante de realidade é a sua história. Dizer que em uma comunidade se produzem 1.000 sacas de café é uma coisa. Mas descobrir que no passado já se produziram 1.500 sacas, é uma constatação de queda de produção que gera uma série de outras questões. Por que diminuiu a produção? O que substituiu o café como renda para o produtor? Que repercussões isto teve na migração de pessoas? Foi desejável? E daí por diante, uma sequência de perguntas abre toda uma nova visão da realidade da comunidade.

5.6 O trabalho com organização de produtores requer a utilização de técnicas pedagógicas próprias para o trabalho com grupos, principalmente as de dinâmica de grupo.

6 PROCEDIMENTOS DO EXTENSIONISTA PARA O TRABALHO COM ORGANIZAÇÃO RURAL

O roteiro que se segue é uma sugestão padrão para que o extensionista se oriente na condução de seu trabalho. Não há como fornecer roteiros para uma ação que depende de tantas variáveis não controláveis. Cada um deve internalizar os

princípios já mencionados anteriormente e fazer sua adaptação a cada situação existente, bem como à sua própria maneira de proceder. As sugestões oferecidas a seguir partem do fato de que a EMATER-ES não está mais instalando escritórios em áreas novas, não trabalhadas, uma vez que já cobrimos todo o Estado. Também levam em consideração que o extensionista já não é mais o único ou o principal meio de informações para o produtor rural, como há vinte anos, pois a televisão, as igrejas e vários movimentos sociais já chegam ao meio rural e induzem ações comunitárias, disseminam informações e ensinamentos. E, finalmente, admite que o conhecimento da realidade, mesmo em municípios onde o trabalho da extensão rural é antigo, ainda é deficiente, por falta de maior aprofundamento no processo produtivo e nas relações sociais da comunidade.

PRIMEIRO PASSO - Identificar as bacias hidrográficas e as respectivas sub-bacias da área de ação do Escritório Local, e nelas identificar as comunidades rurais. Começamos por este passo porque, como já visto, as Diretrizes da Empresa determinam que a unidade geográfica de atuação é a bacia hidrográfica e a unidade social a comunidade. Esta identificação deve ser feita em um mapa do município (tamanho ideal de 1:25.000) delimitando as sub-bacias. Uma questão que se põe é: na delimitação de sub-bacias tem-se desde as que compreendem os afluentes principais de um rio até as bacias de drenagem dos córregos que formam as milhares de cabeceiras destes afluentes. Onde parar? Tomando-se por base as duas unidades propostas nas diretrizes, sugere-se que a menor sub-bacia a considerar é aquela formada pela área de drenagem de uma comunidade, ainda que comporte mais de um córrego. Identificar e assinalar no mapa as comunidades existentes, quer sejam ou não trabalhadas pelos técnicos do Escritório Local. Registrar também no mapa outros dados sobre as comunidades, localizando escolas, igrejas, associações, centros comunitários, e outros dados relevantes.

SEGUNDO PASSO - Aprofundamento do estudo de realidade das comunidades e da respectiva sub-bacia. O convívio com os produtores nos faz crer que conhecemos sua realidade. Mas conhecer é algo mais profundo que conviver e obter informações. O estudo da realidade deve ser realizado com a participação dos produtores e de seus familiares e terá como propósitos:

- entender como se dão as relações de produção e de troca.

- oferecer dados para a análise crítica da realidade.
- identificar as formas concretas de articulação dos pequenos produtores com a propriedade, com o mercado de trabalho e com o capital.
- descobrir como resolver problemas mediante ação conjunta e organizada.

Estas e outras informações devem ser registradas em cadernos ou outras formas de arquivamento. Uma sugestão é a de que se abra uma pasta no arquivo para cada comunidade. Nesta pasta se prendem folhas de papel com dados da comunidade, que são atualizados constantemente. Qualquer fato novo observado pode ser anotado em um pedaço de papel e colocado na pasta, para em ocasião posterior ser anotado de forma mais clara e correta.

TERCEIRO PASSO - Seleção das sub-bacias onde será conduzido um trabalho de manejo integrado de recursos naturais ou outras atividades integrativas, e das respectivas comunidades.

QUARTO PASSO - Levantamento dos problemas, aspirações e interesses dos componentes das comunidades. Estes levantamentos serão feitos através de reuniões comunitárias, técnicas de problematização e outros recursos metodológicos adequados. Onde já houver associações operando, o levantamento se fará com elas.

QUINTO PASSO - Tabulação e interpretação das informações e priorização, juntamente com a comunidade, ou com suas associações.

SEXTO PASSO - Início das atividades com as associações, elaborando um plano de ação com parceria da EMATER-ES, das associações comunitárias e de outras instituições existentes. Este plano deve explicitar claramente o papel que cabe a cada componente da parceria. Caso não haja ainda nenhuma associação na comunidade, iniciar uma discussão sobre os problemas do processo produtivo, até chegar, junto com o grupo, à conclusão de qual o problema comum mais premente, que servirá de ponto de partida para a ação. À medida em que a ação avance, a associação de produtores irá se estruturando.

SÉTIMO PASSO - Preparação dos membros da associação para a gestão da mesma. Para que um processo de organização de produtores

atinga o nível desejado deve atender ao problema da gestão. E a gestão deve ser deles mesmos, que têm interesse na solução de seus problemas e conhecem a situação local, as formas de relacionamento, de dependência, etc. O extensionista deve fugir da tentação e ^{jamaiz} ocupar ele mesmo um posto diretivo, na crença de que assim estará acelerando o processo de organização. Infelizmente a tendência é de que ocorra o contrário, por estar tirando dos membros da associação a oportunidade de amadurecerem na condução de seus próprios negócios. Sua ação deve ser a de alertar para pontos chave na gestão, sugerir a busca de assessoria ou de treinamentos para isto. Há cursos do SEBRAE, da OCEES, de Sindicatos, e de outras instituições que lidam com movimentos populares.

7 CONCLUSÕES

Os princípios gerais da metodologia da organização de produtores não contém fórmulas acabadas e nem passos de um roteiro de trabalho. Possui apenas a linha geral de ação, adequada para cada caso particular, em função das condições econômicas, sociais, culturais e políticas de cada grupo social. São parte integrante desta metodologia:

- O apoio às organizações de produtores tem como ponto de partida suas atividades concretas de produção.

- O apoio da extensão rural ao processo de organização dos pequenos produtores se dá, prioritariamente, através de suas atividades *Associativas* de produção.

- Os pequenos produtores possuem formas próprias de organização que podem atender às alternativas propostas pelos programas governamentais, embora difiram dos modelos oficiais. Por isto deve-se detectar as organizações existentes, antes de iniciar qualquer processo grupal.

- As reivindicações das organizações de pequenos produtores à extensão rural devem ser compatibilizadas com as alternativas previstas nos programas oficiais, no PROATER e nas diretrizes, de modo a se encaixarem logicamente na programação do extensionista.

- O uso de técnicas pedagógicas deve visar ao desenvolvimento da capacidade de produção e de auto-gestão dos componentes das associações.

- No processo de apoio à organização de produtores deve-se buscar uma estreita articulação com todos os setores e instituições atuantes na área.

Algumas recomendações referentes a tudo o que foi exposto, são:

- Todo o processo de transferência de tecnologias, de informação e utilização de políticas agrícolas deve ser feito através das organizações de produtores, utilizando-se técnicas pedagógicas que levem à participação.

- Toda a discussão de alternativas tecnológicas de produção deve visar à melhoria da renda do produtor.

- As unidades de observação, unidades demonstrativas, reuniões, dias de campo e outras técnicas pedagógicas de impacto devem ser realizadas em locais onde existam associações ou grupos de produtores atuando.

- Não existindo associações, ainda, operando em uma determinada comunidade, utilizar a Escola como local de polarização para as atividades grupais.

- Fitas de vídeo educativas podem servir como ponto de partida para a discussão de temas de interesses do grupo de produtores, e como reforço da interação entre seus membros. A EMATER-ES já tem alguns vídeos que podem ser utilizados, e outros poderão ser produzidos, desde que se tenha bem concreto o tema necessário.

- Os programas de rádio são outra fonte de informações que o extensionista pode utilizar para lançar desafios e sugerir ações aos grupos e associações existentes. Um comentário, uma notícia realmente importante, um slogan, podem espalhar rapidamente uma idéia que deva ser trabalhada..

- Folhetos, apostilas, folders, informações técnicas ou de política agrícola podem também ser o núcleo inicial de discussões e de novas ações.

- As viagens a campo devem ser programadas principalmente para atender componentes de grupo e de associações, sempre em forma de grupo, ainda que pequenos.

- Outras formas de dinamizar o processo de comunicação e, portanto de interação grupal é pela utilização de jornais comunitários, jornais murais, mala direta com associações, exposições didáticas, sempre centradas nas organizações existentes.